

Ministra rejeita pressão e dá um conselho aos EUA: devem ajustar sua economia.

Estes são os principais pontos do discurso da ministra Zélia:

● “Há muito tempo pesam sobre a economia mundial os reflexos dos graves desequilíbrios fiscais e de transações correntes dos principais países industrializados. Não se pode mais adiar a necessidade de resolução de tais desequilíbrios e de um decidido ajuste fiscal nos EUA, o que contribuiria decisivamente para relançar, em novas bases, o crescimento na economia mundial.

● “Necessitamos de uma economia internacional que seja suporte e não entrave ao nosso desenvolvimento, uma atitude positiva e não negativa no equacionamento das questões mais relevantes para nossos países, em especial a dívida externa, e um apoio claro e sem condicionantes espúrios, em particular pelos organismos financeiros multilaterais, a nossos planos.

● “O Brasil deseja um acordo com os credores que possa ser efetivamente cumprido e que

não nos leve a novas renegociações. Acreditamos que esse deve ser também o objetivo dos bancos e dos países credores. Esperamos que estes últimos saibam manter uma posição equilibrada durante as negociações futuras, e que não cedam à tentação de apoiar posturas que poderiam levar a ganhos de curto prazo para seus bancos, mas que se provariam insustentáveis a longo prazo.

● “O sétimo aumento de capital deu ao BID os recursos necessários para que o Banco possa desempenhar suas funções que todos queremos ampliadas. Se o custo de tais recursos for, contudo, transformar o BID em instrumento de políticas unilaterais de um ou mais de seus acionistas, quer para a perseguição de objetivos nacionais de política externa, quer para exercer pressão no âmbito de negociações econômicas, como as da dívida para com bancos comerciais, estou convencida de que se

terá pago um preço excessivo pelo consenso obtido em Amsterdã. Certos episódios recentes envolvendo o Brasil no BID são preocupantes e poderiam estar sinalizando no sentido acima apontado. Refiro-me ao pedido de adiamento, por um grupo de países industrializados membros do G-7, da consideração de importante projeto de investimento brasileiro na área social. Tal pedido foi formalizado contra a vontade da maioria dos membros do BID, latinoamericanos e industrializados, representando 57% de seu capital.

● “Não tem qualquer base econômica o pedido de adiamento feito por alguns países. Na realidade, tal pedido visa a estabelecer vinculação nova, ilegítima e inaceitável, entre a consideração de projetos de investimento pelo BID e as negociações com os bancos privados. O Brasil, e estou segura, a grande maioria dos acionistas do BID, rejeita tal vinculação.”